

ECONOMIA

Projectos entre empresas e universidades dispararam 72%

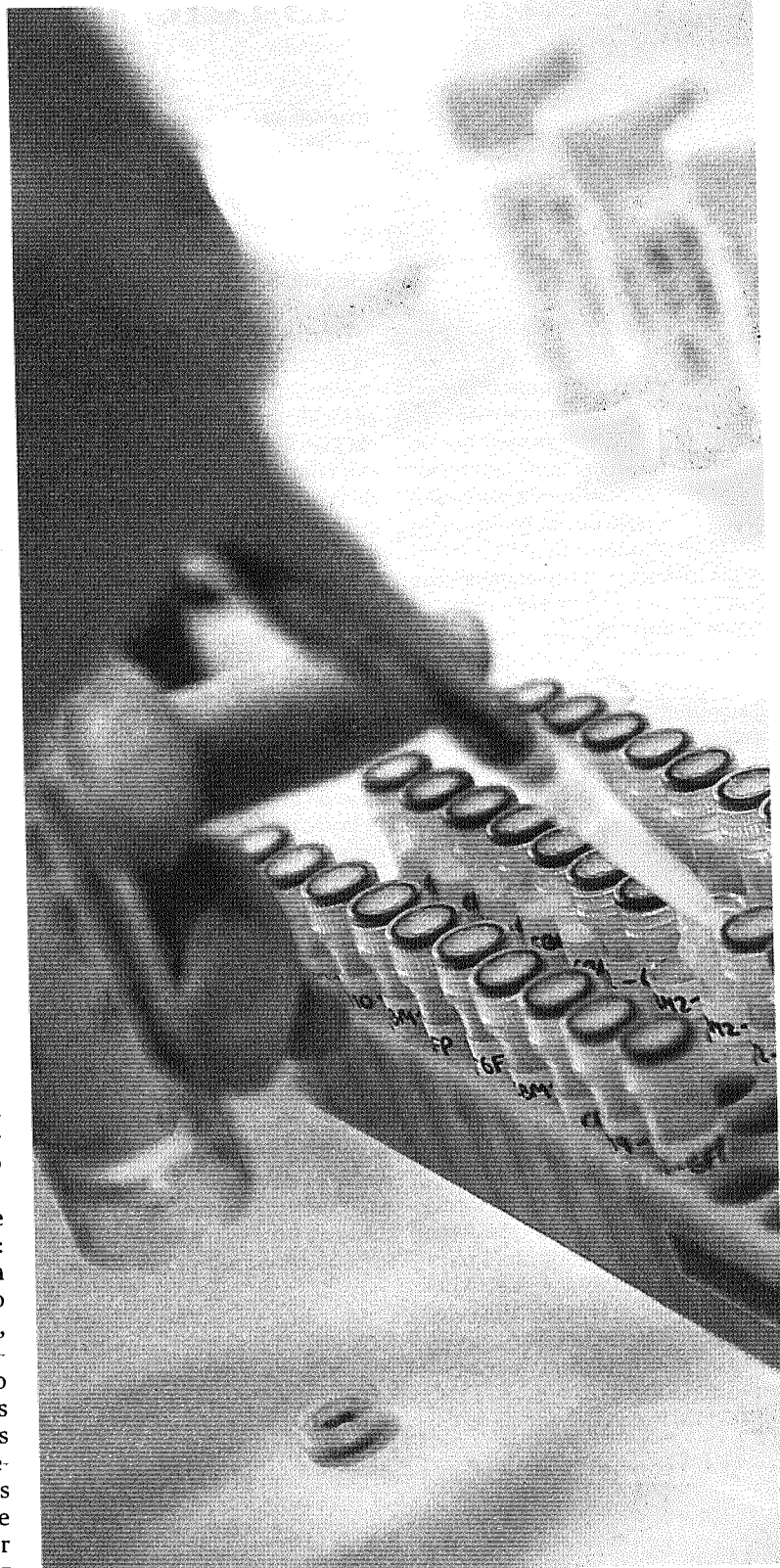
As empresas estão cada vez mais voltadas para a incorporação da ciência e tecnologia. Os projectos apresentados este ano ao Portugal 2020 aumentaram para 472 e as verbas da UE duplicaram em cinco anos

Inovação Manuel Carvalho

A relação entre as empresas portuguesas e as instituições do sistema científico e tecnológico está cada vez mais íntima e intensa. A primeira chamada para apresentação de projectos do anterior quadro de fundos estruturais, o QREN, mereceu o interesse de menos de cem consórcios que envolviam 90 empresas; sete anos depois, na primeira chamada do Portugal 2020, o número de propostas aumentou 35%, o investimento envolvido subiu 32% para 240 milhões de euros e o número de empresas cresceu para 270. E do ano passado para 2016, essa tendência explodiu: o número de candidaturas de consórcios de empresas, faculdades e centros de investigação apresentadas este ano aos programas de financiamento para a inovação e para a incorporação de ciência e tecnologia do Portugal 2020 quase duplicou, passando de 274 para 472 propostas apresentadas (72% de aumento).

Estará a haver uma mudança de fundo no perfil das empresas nacionais, que subitamente as torna mais interessadas nos contributos que as universidades ou os chamados “centros de interface” lhes podem dar? José Carlos Caldeira, da Agência Nacional de Inovação (ANI), que gere e acompanha os projectos de Investigação e Desenvolvimento Colaborativo e dinamiza o “empreendedorismo de base científica e tecnológica” até à sua fase de financiamento, não duvida: “Estamos a sentir uma evolução muito positiva.”

José Manuel Mendonça, presidente do INESC TEC, concorda e sublinha: “Estamos a assistir a uma mudança estrutural.” Que se pode medir pelo número de consórcios envolvidos, pelo volume de investimento mobilizado e, principalmente, “pelo alargamento da base das empresas que se empenham em apostar nestes processos”, diz por seu lado o presidente da ANI. “Somos assediados de tal maneira pelas empresas que temos de ter cuidado para manter o nível da nossa investigação”, diz mesmo José Manuel Mendonça.



Impacto das parcerias só se fará sentir a médio prazo

Considerando as empresas que responderam à primeira chamada para apresentação de projectos no âmbito do Portugal 2020, a ANI constatou que metade das 270 estava a investir pela primeira vez na incorporação de ciência e tecnologia nos seus produtos ou processos. E quase um quarto das empresas tinha nascido há menos de três anos. “A transferência de tecnologia para a economia está-se a valorizar e a aprofundar. Há uma série de ideias preconcebidas sobre esse processo que começam a perder a validade do passado”, explica José Carlos Caldeira, um engenheiro que trabalhou no INESC TEC e tem um longo currículo na ligação entre universidade e empresas. “Há muito que tínhamos percebido que a ligação entre o sector privado e as instituições de investigação iria aumentar. Mas não na escala actual”, diz.



Somos assediados de tal maneira pelas empresas que temos de ter cuidado para manter o nível da nossa investigação

José Manuel Mendonça
Presidente do INESC TEC

Até porque a adesão das empresas a consórcios para obtenção de financiamento destinado à ciência e tecnologia não se verifica apenas nos eixos do Portugal 2020. Também começa a haver uma pequena revolução nas candidaturas directas ao programa europeu Horizonte 2020, que dispõe de 78 mil milhões de euros para reforçar a incorporação de conhecimento na economia da União.

Até 2010, os projectos portugueses apresentados ao programa ficaram sempre abaixo de 1% do financiamento global europeu – nesse ano, os consórcios portugueses receberam

58,8 milhões de euros. Mas, depois de 2010, os cortes nos programas científicos nacionais “obrigaram-nos a concorrer aos fundos europeus”, nota José Manuel Mendonça. Em 2012, os portugueses receberam 109 milhões de euros, em 2014, 145,4 milhões, e se no ano passado houve um recuo, este ano Portugal obteve já 70,1 milhões de euros quando faltavam ainda distribuir metade das verbas do programa.

Com estes números, “deixámos de ser contribuintes líquidos dos programas europeus”, nota José Carlos Caldeira. Portugal é responsável por 1,5% do financiamento do programa e depois de 2014 passou para a condição de receptor líquido. Este ano, os projectos nacionais representam 1,7% do financiamento concedido. “É pouco? Sim, ainda é pouco. Mas o programa é muito competitivo e as taxas de aprovação dos projectos portugueses são muito boas”, nota o presidente da ANI. No eixo do Horizonte 2020 para as pequenas e médias empresas, Portugal contava no segundo trimestre com 49 projectos aprovados, o que coloca o país no top 10 dos países com mais candidaturas aceites, de acordo com o *Diário de Notícias*.

O impacto económico “só se faz sentir a médio prazo”, avisa José Carlos Caldeira, mas, para já, o que vale a pena sublinhar “é uma nova atitude quer das empresas quer do sistema científico e tecnológico”. No caso das universidades e centros de interface, o recurso aos fundos estruturais ou ao Horizonte 2020 tornou-se crucial para poder manter os seus quadros – desde a crise, o INESC TEC quase duplicou as suas receitas, de nove para 16 milhões de euros. Nas empresas, a mudança tem razões ainda mais profundas. Em primeiro lugar, o que as move é o sentimento de que têm de sobreviver na exportação, onde o mercado é mais competitivo. Mas há outra razão crucial: “Nas empresas, sejam de sectores tradicionais ou não, há uma nova geração, com mais qualificação e com mais mundo”, conclui o presidente da ANI.

manuel.carvalho@publico.pt